



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

RELATÓRIO E PARECER SOBRE A
CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS
AÇORES - ANO ECONÓMICO DE 2015

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 431	Proc. n.º 108
Data: 01/02/07	N.º 15/X

Horta, 24 de janeiro de 2017



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

INTRODUÇÃO

A Comissão de Política Geral reuniu no dia 24 de janeiro de 2017, a fim de proceder à análise e dar parecer, nas áreas de competência da Comissão, à Conta da Região Autónoma dos Açores, relativa ao ano económico de 2015, bem como ao Relatório Anual de Execução do Plano deste mesmo ano.

CAPÍTULO I
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A Conta da Região Autónoma dos Açores e o Relatório do Plano foram apresentados ao abrigo da alínea b) do artigo 42.º da Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro – Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e apreciados nos termos dos artigos 166.º e 167.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO II
APRECIÇÃO

A Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2015, após aprovação pelo Conselho do Governo, foi apresentada à Assembleia Legislativa para efeitos de apreciação e aprovação, por meio da Proposta de Resolução n.º 18/X/2016.

Neste contexto, a comissão procedeu à sua apreciação, tendo em conta as respetivas competências.

Assim, foram analisados os documentos, designadamente a Conta e respetivos anexos, o Relatório de Execução do Plano de Investimentos e o Relatório e Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores, do Tribunal de Contas, tendo-se elaborado o quadro que se segue e que reflete a percentagem de execução do Plano, relativamente às dotações previstas.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Programa/Projeto (Despesas de Plano)	Dotação Revista	Execução 2014	Execução 2015	2015 (%)
1 – Competitividade, Emprego e Gestão Pública				
1.4 – Modernização Administrativa	381 050 €	386 693 €	213 245,05 €	56%
1.5 – Informação de interesse Público ao Cidadão	2 200 000 €	2 200 000 €	2 200 000 €	100%
1.6 – Serviços Sociais	180 000 €	172 426 €	169 901,10 €	94,4%
1.7 – Cooperação com as Autarquias Locais	526 000 €	294 900 €	500 321,98 €	95,1%
8 – Habitação e Renovação Urbana	21 163 310 €	17 159 598 €	18 542 581,50 €	87,6%
10 – Transportes, Energia e Infr. Tecnológicas	27 716 470 €	25 548 865 €	26 901 200,18 €	97,1%
10.1 – Construção de Estradas Regionais	10 208 608 €	3 269 684 €	5 866 991 €	57,5%
10.2 – Beneficiação e Reabilitação de ERs				
10.3 – Sist. Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	778 206 €	647 987 €	771 266,72 €	99,1%
10.4 – Integração Paisagística de z. adjacentes às ER	93 500 €	106 878 €	90 533,21 €	96,8%
11 – Prevenção de Riscos e Proteção Civil	8 018 395 €	4 714 649 €	6 218 045,10 €	77,5 %
14 – Comunidades e Cooperação Externa	768 370 €	578 759 €	721 279,20 €	93,9%

Comparativamente ao ano económico anterior, e no que concerne às áreas da competência desta Comissão, as taxas de execução são mais baixas, com exceção dos Projetos **10.1 – Transportes, Energia e Infraestruturas Tecnológicas** e **10.3 – Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária**, os quais apresentam taxas de execução ligeiramente inferiores às verificadas em 2014.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Quanto ao projeto **1.4 – Modernização Administrativa**, a taxa de execução foi de 56%, inferior à do ano anterior (61,8%), sendo que em termos de valor absoluto pautou-se por uma despesa de menos 173 447,95 euros do que a realizada em 2014.

O projeto **1.5 – Informação de interesse público ao cidadão**, tal como no ano anterior, foi executado na totalidade, relativamente a 2014.

O projeto **1.6 – Serviços Sociais**, teve uma taxa de execução de 94,4%, mais baixa do que a verificada no ano anterior (95,1%) e registando uma despesa em valor absoluto de 2 524,90 euros a menos do que a registada em 2014.

O projeto **1.7 – Cooperação com as Autarquias Locais**, teve uma taxa de execução de 95,1%, superior à do ano anterior (33,8%). A despesa, em valor absoluto, foi de mais 400 608,98 euros, relativamente a 2014.

No que diz respeito ao Programa **8 - Habitação e Renovação Urbana**, foi efetuada uma despesa de 18 542 581,50 milhões de euros (mais 1,38 milhões de que no ano anterior), mesmo apresentando uma taxa de execução de 87,6%. A despesa deste Programa realizou-se, essencialmente, no âmbito do **Projeto Arrendamento Social e Cooperação**, registando-se uma execução de 12,3 milhões de euros (66% do total do Programa).

Quanto ao Projeto **10.1 – Construção de Estradas Regionais**, foram executados, em valor absoluto, 26,9 milhões de euros, mais 1,4 milhões de euros que no ano anterior, registando uma taxa de execução de 97%, ligeiramente superior à do ano 2014.

No Projeto **10.2 – Beneficiação e Reabilitação de Estradas Regionais** registou-se uma taxa de execução de 57,5%, inferior à verificada no ano anterior (68,4%).

No projeto **10.3 – Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária**, a taxa de execução foi de 99,1%, ligeiramente inferior à verificada no ano anterior (99,7%).



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

O projeto **10.4 – Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às Estradas Regionais**, registou uma taxa de execução de 96,8%, ligeiramente superior à do ano anterior (94,2%).

Quanto ao Programa **11 - Prevenção de Riscos e Proteção Civil**, a taxa de execução foi de (77,5%), registando um acréscimo de 1,5 milhões de euros.

Quanto ao Programa **14 - Comunidades e Cooperação Externa**, verifica-se uma Taxa de execução de 93,9%, superior à do ano anterior (76,5%), registando um decréscimo de despesa, em valor absoluto, de 142 520 euros.

Em relação ao **Setor Público Empresarial** (SPER), no que respeita à **SPRHI, SA**, foi transferida uma verba de 5,5 milhões de euros a qual foi aplicada nas diferentes áreas de intervenção; 3,5 milhões de euros na reabilitação da rede viária e de 2 milhões de euros na Reconstrução do Parque Habitacional das ilhas do Faial e do Pico, afetado pelo sismo de 1998.

Ainda na área das competências desta Comissão, há a registar, em termos de compromissos futuros, o referente ao contrato de concessão rodoviária em regime **SCUT** na ilha de São Miguel, empreitada em regime de PPP, com pagamentos até 2037.

Em 2015 foram pagos 26,9 milhões de euros relativos a este contrato.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor das responsabilidades financeiras futuras com a PPP relativa à concessão rodoviária em regime de SCUT, na ilha de S. Miguel, era de 357,3 milhões de euros (valor sem IVA).

As responsabilidades assumidas na concessão rodoviária da ilha de S. Miguel prolongam-se até 2036.

Os compromissos plurianuais são os que se apresentam no quadro seguinte (milhões de euros, valores sem IVA):

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	Anos seg.
Montante	20 967	20 420	19 983	19 440	18 911	263 049



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

CAPÍTULO III
SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O Grupo Parlamentar do PS manifestou-se favorável à aprovação da conta da RAA referente ao ano económico de 2015.

Os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, bem como a Representação Parlamentar do PCP, abstêm-se reservando a sua posição para plenário.

CAPÍTULO IV
CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Política Geral concluiu que a Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2015 está, nas áreas da sua competência, em condições de ser apreciada em reunião Plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Este relatório e parecer serão remetidos à Comissão de Economia.

Horta, 24 de janeiro de 2017

O Relator

Bruno Belo

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

António Soares Marinho